



Estratégia
Carreira Jurídica

2º SIMULADO INÉDITO

TJMS

JUIZ SUBSTITUTO



INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 - Esta prova é focada no concurso da TJ - MS;
- 2 - A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 - **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil das últimas bancas organizadoras de certames de Procuradorias;
- 4 - Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 - Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 - **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-TJ-MS-Juiz-substituto-14-12>



Cartão de Respostas								
1		21		41		61		81
2		22		42		62		82
3		23		43		63		83
4		24		44		64		84
5		25		45		65		85
6		26		46		66		86
7		27		47		67		87
8		28		48		68		88
9		29		49		69		89
10		30		50		70		90
11		31		51		71		91
12		32		52		72		92
13		33		53		73		93
14		34		54		74		94
15		35		55		75		95
16		36		56		76		96
17		37		57		77		97
18		38		58		78		98
19		39		59		79		99
20		40		60		80		100

PROVA OBJETIVA**DIREITO CIVIL**

01. De acordo com a Lei nº 13.655/2018, que incluiu novos artigos na LINDB, assinale a alternativa correta:

- a) As sanções aplicadas ao agente não serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.
- b) Na interpretação de normas sobre gestão pública, não serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, em prejuízo dos direitos dos administrados.
- c) É vedada a imposição de compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos no processo.
- d) Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.
- e) As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, exceto nos casos de regulamentos e respostas a consultas.

02. Com relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, sem risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- b) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, de ofício, poderá adotar as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.
- c) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
- d) É vedada a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

e) É vedado, ainda que autorizado, usar o nome alheio em propaganda comercial.

03. Com relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- b) O erro é considerado substancial quando, sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
- c) O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.
- d) O falso motivo vicia a declaração de vontade, mesmo quando não expresso como razão determinante.
- e) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.

04. Se a coisa, objeto da obrigação, se perder:

- a) com ou sem culpa do devedor este sempre estará obrigado as perdas e danos.
- b) por culpa do devedor, antes da tradição, na obrigação de dar coisa incerta, fica resolvida a obrigação para ambas as partes.
- c) sem culpa do devedor, responderá este por perdas e danos.
- d) por caso fortuito ou força maior, antes da escolha, nas obrigações de coisa incerta, o devedor continua obrigado.
- e) por culpa do devedor, nas obrigações de entrega de coisa incerta, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.

05. A sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor:

- a) do devedor que contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.
- b) do novo devedor que sucede ao antigo, ficando este quite com o credor.
- c) do adquirente do imóvel hipotecado, que paga a credor hipotecário, bem como do terceiro que efetiva o pagamento para não ser privado de direito sobre imóvel;
- d) do outro credor que é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este, em virtude de obrigação nova.
- e) do credor que consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.

06. São direitos reais, exceto:

- a) a anticrese, a propriedade, a superfície, o usufruto, a concessão de uso especial para fins de moradia e a laje.
- b) a propriedade, a superfície, as servidões e o usufruto.
- c) o direito do promitente comprador do imóvel, o usufruto, a propriedade, a superfície, a anticrese, o uso e a habitação.
- d) o penhor, a hipoteca, a concessão de uso especial para fins de moradia e a concessão de direito real de uso.
- e) as servidões, o usufruto, o uso, a tradição e a habitação.

07. A dívida não será considerada vencida:

- a) se as prestações não forem pontualmente pagas, toda vez que deste modo se achar estipulado o pagamento, caso em que o recebimento posterior da prestação atrasada não importa renúncia do credor ao seu direito de execução imediata.
- b) se, deteriorando-se, ou depreciando-se o bem dado em segurança, desfaltar a garantia, e o devedor, intimado, não a reforçar ou substituir.
- c) se o devedor cair em insolvência ou falir.
- d) se perecer o bem dado em garantia, e não for substituído.

e) se se desapropriar o bem dado em garantia, hipótese na qual se depositará a parte do preço que for necessária para o pagamento integral do credor.

08. A dívida não será considerada vencida:

I - São civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação.

II - A ausência de registro de transferência não implica a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva veículo alienado.

III - O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada.

IV - Prescreve em um ano a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

- a) I, II, III e IV estão corretos.
- b) I, II e III estão corretos.
- c) I, III e IV estão corretos.
- d) I e III estão corretos.
- e) III e IV estão corretos.

09. No que se refere à partilha, assinale a alternativa correta:

- a) A dispensa da colação não pode ser outorgada pelo doador.
- b) São sujeitas à redução as doações em que se apurar excesso quanto ao que o doador poderia dispor, no momento da sucessão.
- c) Aquele que renunciou a herança ou dela foi excluído não deverá conferir as doações recebidas, para o fim de repor o que exceder o disponível.
- d) Sendo feita a doação por ambos os cônjuges, no inventário de cada um se conferirá por inteiro.
- e) o substabelecimento é inválido, uma vez que era exigido, necessariamente, instrumento público.

10. Com base na Lei de Registro Públicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os registros poderão ser escriturados, publicitados e conservados em meio eletrônico, obedecidos os padrões tecnológicos estabelecidos em regulamento.
- b) É indispensável o habite-se expedido pela prefeitura municipal para a averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento finalizada há mais de 5 (cinco) anos em área ocupada predominantemente por população de baixa renda, inclusive para o fim de registro ou averbação decorrente de financiamento à moradia.
- c) Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial.
- d) É competente para a inscrição da opção de nacionalidade o cartório da residência do optante, ou de seus pais. Se forem residentes no estrangeiro, far-se-á o registro no Distrito Federal.
- e) Os juízes farão correição e fiscalização nos livros de registro, conforme as normas da organização Judiciária.

11. Acerca da autoria das obras intelectuais, assinale a alternativa correta:

- a) Autor é a pessoa física ou jurídica criadora de obra literária, artística ou científica.
- b) Para se identificar como autor é imprescindível que o criador da obra literária, artística ou científica use seu nome civil, completo ou abreviado.
- c) Qualquer dos participantes, no exercício de seus direitos morais, poderá proibir que se indique ou anuncie seu nome na obra coletiva, sem prejuízo do direito de haver a remuneração contratada.
- d) É titular de direitos de autor quem adapta, traduz, arranja ou orquestra obra caída no domínio público, podendo opor-se a outra adaptação, arranjo, orquestração ou tradução, salvo se for cópia da sua.
- e) Considera-se co-autor quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra literária,

artística ou científica, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação por qualquer meio.

12. Com relação ao contrato de *built to suit*, assinale a alternativa correta:

- a) Na locação residencial de imóvel urbano na qual o locador procede à prévia aquisição, construção ou substancial reforma, por si mesmo ou por terceiros, do imóvel então especificado pelo pretendente à locação, a fim de que seja a este locado por prazo determinado, prevalecerão as condições livremente pactuadas no contrato respectivo e as disposições procedimentais previstas.
- b) Na locação não residencial de imóvel urbano na qual o locador procede à prévia aquisição, construção ou substancial reforma, por si mesmo ou por terceiros, do imóvel então especificado pelo pretendente à locação, a fim de que seja a este locado por prazo determinado, prevalecerão as condições livremente pactuadas no contrato respectivo e as disposições procedimentais previstas na Lei de Locações.
- c) Na locação não residencial de imóvel urbano ou rural na qual o locador procede à prévia aquisição, construção ou substancial reforma, por si mesmo ou por terceiros, do imóvel então especificado pelo pretendente à locação, a fim de que seja a este locado por prazo determinado, prevalecerão as condições livremente pactuadas no contrato respectivo e as disposições procedimentais previstas na Lei de Locações.
- d) É vedado convencionar a renúncia ao direito de revisão do valor dos aluguéis durante o prazo de vigência do contrato de locação.
- e) Em caso de denúncia antecipada do vínculo locatício pelo locatário, compromete-se este a cumprir a multa convencionada, ainda que esta exceda a soma dos valores dos aluguéis a receber até o termo final da locação.

13. Com relação ao condomínio em edificações e às incorporações imobiliárias, assinale a alternativa incorreta:

a) As edificações ou conjuntos de edificações, de um ou mais pavimentos, construídos sob a forma de unidades isoladas entre si, destinadas a fins residenciais ou não-residenciais, poderão ser alienados, no todo ou em parte, objetivamente considerados, e constituirá, cada unidade, propriedade autônoma sujeita às limitações legais.

b) A entrega do imóvel em até cento e oitenta dias corridos da data estipulada contratualmente como data prevista para conclusão do empreendimento, desde que expressamente pactuado, de forma clara e destacada, não dará causa à resolução do contrato por parte do adquirente nem ensejará o pagamento de qualquer penalidade pelo incorporador.

c) Se a entrega do imóvel ultrapassar o prazo de cento e oitenta dias, desde que o adquirente não tenha dado causa ao atraso, poderá ser promovida por este a resolução do contrato, sem prejuízo da devolução da integralidade de todos os valores pagos e da multa estabelecida, em até 60 (sessenta) dias corridos contados da resolução.

d) Na hipótese de a entrega do imóvel estender-se por prazo superior à cento e oitenta dias, e não se tratar de resolução do contrato, será devida ao adquirente adimplente, por ocasião da entrega da unidade, indenização de um por cento do valor efetivamente pago à incorporadora, para cada mês de atraso, pro rata die, corrigido monetariamente conforme índice estipulado em contrato, a qual poderá ser cumulada com a multa de inexecução total da obrigação.

e) A critério do incorporador, a incorporação poderá ser submetida ao regime da afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens e direitos a ela vinculados, manter-se-ão apartados do patrimônio do incorporador e constituirão patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes.

14. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade ao idoso não compreende:

a) atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.

b) preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas.

c) a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso.

e) viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações.

15. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar:

a) De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

b) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo ou curto prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

c) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, salvo para exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

d) O direito ao atendimento prioritário configura-se direito subjetivo da pessoa com deficiência e, por isso, em nenhuma hipótese será extensivo ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal.

e) É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de dois salários-mínimos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Com base no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), responda às seguintes perguntas.

16. Assinale a alternativa correta:

a) Os juízes e tribunais terão de, inexoravelmente, atender à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou decisão.

b) Segundo doutrina majoritária, na jurisdição voluntária não há lide: trata-se de uma forma de administração pública participar de interesses privados.

c) A imparcialidade é a característica da jurisdição, impedindo o julgador de determinar, de ofício, a produção de prova em juízo.

d) É possível associar, em regra, as tutelas condenatórias, constitutivas e declaratórias, respectivamente, com a prescrição, a decadência e a imprescritibilidade.

e) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência relativa.

17. Assinale a alternativa correta:

a) Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, serão aplicadas supletiva e subsidiariamente as normas do novo CPC e a equidade.

b) Para demandas sobre divórcio, separação e anulação de casamento, para definir o foro competente, é preciso levar em consideração o fato de haver ou não vítima de violência doméstica e familiar.

c) Tramitando no juízo da Comarca de Toledo ação de falência da sociedade X, a intervenção da União como interessada no feito implicará na remessa dos autos à Justiça Federal. O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.

d) Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado, comarca, seção ou subseção judiciária, a competência territorial será do juízo naquele em que houve a citação em primeiro lugar.

e) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob os regimes de separação absoluta de bens e participação final nos aquestos. A recusa sem justo motivo por parte do cônjuge pode ser suprida pelo juiz.

18. Assinale a alternativa correta.

a) Nas causas de grande valor, o STJ permite que o juiz considere o valor “inestimável” para arbitrar os honorários advocatícios, nos termos do art. 85, §8º, CPC.

b) Considera-se litigante de má-fé aquele que interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório, sendo imposta que multa deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa.

c) Contra a decisão que deferir a gratuidade, a parte contrária pode interpor agravo de instrumento.

d) Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá discutir o conteúdo da decisão em processo posterior, já que sofre os efeitos da coisa julgada assim como os demais sujeitos do processo.

e) Há impedimento para o juiz atuar em processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.

19. Marque a alternativa correta:

a) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Nesses casos, o juiz controlará a validade das convenções, nunca de ofício, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.

b) Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, não será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência.

c) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

d) O juiz pode determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, salvo nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.

e) O prazo impróprio para o juiz proferir despacho é, em regra, de 5 dias; decisão interlocutória, 10 dias, e sentenças, prazo de 30 dias.

20. Assinale a alternativa incorreta.

a) O litisconsórcio é necessário apenas quando houver disposição de lei o prevendo.

b) Se houver litisconsórcio necessário unitário passivo, a falta de citação de qualquer dos réus torna a sentença de mérito nula. Já se houver litisconsórcio necessário simples, a sentença é válida e eficaz em relação àquele que participou do feito, mas ineficaz em relação àquele que não foi citado.

c) Os membros do Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública serão civil e regressivamente responsáveis quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

d) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão, sendo requisitos de admissibilidade da cumulação que os pedidos sejam compatíveis entre si; seja competente para conhecer deles o mesmo juízo; seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.

e) Se o réu alegar qualquer das matérias do art. 337, CPC, bem como fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor, este será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe o juiz a produção de prova.

21. Assinale a alternativa correta.

a) Se um juiz declina da competência para outro magistrado, este, se não acolher a competência declinada, deverá devolver os autos ao juiz declinante.

b) Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federado.

c) O Município será representado em juízo, ativa e passivamente, sempre por seu procurador.

d) Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará o percentual mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos.

e) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato

22. A resposta incorreta, conforme enunciados das Jornadas do Conselho da Justiça Federal, é:

a) O art. 356 do CPC pode ser aplicado nos julgamentos dos tribunais.

b) É admissível a concessão de tutela da evidência fundada em tese firmada em incidente de assunção de competência.

c) Se o recurso do qual se originou a decisão embargada comportou a aplicação da técnica do art. 942 do CPC, os declaratórios eventualmente opostos serão julgados com a composição ampliada.

d) A reiteração pelo exequente ou executado de matérias já preclusas pode ensejar a aplicação de multa por conduta contrária à boa-fé.

e) É impossível a conversão de Incidente de Assunção de Competência em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, se demonstrada a efetiva repetição de processos em que se discute a mesma questão de direito, pois os institutos têm peculiaridades e naturezas próprias.

23. Marque a alternativa incorreta:

a) Haverá remessa necessária quando o Município que constitua capital dos Estados for condenado em quantia superior a 100 salários-mínimos.

b) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.

c) Quando alegar sua ilegitimidade, réu não mais fará a nomeação à autoria, mas indicará o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.

d) São títulos executivos extrajudiciais o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas.

e) A expropriação consiste em adjudicação; alienação; apropriação de frutos e rendimentos de empresa ou de estabelecimentos e de outros bens.

24. A resposta incorreta, conforme o NCPC e jurisprudência, é:

a) Quando o executado não possuir bens penhoráveis, o juiz suspenderá a execução pelo prazo de 1 (um) ano. Decorrido o prazo sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente, que terá o prazo igual à da prescrição da ação de conhecimento.

b) Se o advogado deu entrada no recurso, no último dia do prazo, no setor da contadoria do Tribunal em vez de ser no protocolo, ainda assim o recurso terá que ser considerado tempestivo.

c) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica

d) Publicado o acórdão paradigma dos recursos especiais ou extraordinários repetitivos, a parte poderá desistir da ação em curso no primeiro grau de jurisdição, antes de proferida a sentença, se a questão nela discutida for idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia. Tal desistência não precisa da anuência da parte contrária.

e) O agravante requererá, no prazo de 3 dias, a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso. Se descumprir tal exigência, o juiz, de ofício, considerará o agravo inadmissível.

25. Assinale a alternativa incorreta

a) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

b) Na ausência de auxiliares da justiça, o juiz poderá realizar a audiência inaugural do art. 334 do CPC, especialmente se a hipótese for de conciliação.

c) Não ocorre a estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, quando deferida em ação rescisória.

d) A coisa julgada material afasta a possibilidade de discussão sobre a invalidade de atos praticados em processos por ela alcançados.

e) Reconhecida a necessidade de produção de prova, o relator expedirá carta de ordem para que o juízo de 1º grau, por exemplo, ouça testemunhas, não podendo essa oitiva se realizar no Tribunal.

26. Considerando a sistemática de precedentes e o NCPC, a resposta incorreta é:

a) O art. 927, CPC prevê os seguintes precedentes obrigatórios: decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; os enunciados de súmula vinculante; os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

b) O Código busca a segurança jurídica e a isonomia, reforçando o sistema de precedentes e estabelecendo como regra, no plano vertical, a observância dos precedentes e, no plano horizontal, a estabilidade, a integridade e a coerência da jurisprudência.

c) É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de

direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

d) Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

e) O princípio da reserva de plenário se aplica no âmbito dos juizados de pequenas causas e dos juizados especiais em geral.

27. A resposta correta, conforme o NCPC e jurisprudência dos Tribunais Superiores, é:

a) Se o juiz constatar fato modificativo novo, que surja após a propositura de uma ação, influenciando diretamente o julgamento do mérito, poderá reconhecer de ofício, sem ouvir as partes anteriormente.

b) o exequente poderá optar pelo juízo do atual domicílio do executado, pelo juízo do local onde se encontrem os bens sujeitos à execução ou pelo juízo do local onde deva ser executada a obrigação de fazer ou de não fazer, casos em que a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem.

c) A utilização do sistema RENAJUD com o propósito de identificar a existência de veículos penhoráveis em nome do executado pressupõe a comprovação do insucesso do exequente na obtenção dessas informações mediante consulta ao DETRAN.

d) Impõe-se ao advogado e ao defensor público o ônus de intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

e) Nos processos sobrestados por força do regime repetitivo, não é possível a prolação de decisão, inclusive tutela de urgência.

28. Segundo o NCPC e a jurisprudência, é correto afirmar:

a) Recaindo mais de uma penhora sobre o mesmo bem, a ordem de preferência se estabelecerá pelo critério da anterioridade das penhoras.

b) O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para, em 15 (quinze) dias, satisfazer a obrigação.

c) Após a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes, somente terá a inscrição cancelada após efetuado o pagamento.

d) Se a decisão que julga procedente, na primeira fase, a ação de exigir contas, será uma sentença, contra a qual cabe apelação.

e) Não é agravável o pronunciamento judicial que postergar a análise de pedido de tutela provisória ou condicioná-la a qualquer exigência.

29. Assinale a assertiva de acordo com os diplomas normativos da Tutela Coletiva:

a) Na ação de improbidade, é possível a transação, acordo ou conciliação.

b) Não tem legitimidade para propor ação civil pública a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.

c) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, o processo é extinto sem resolução do mérito.

d) Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser difusos, coletivos e individuais homogêneos.

e) Segundo a Lei de ação popular, são nulos os atos lesivos ao patrimônio de certas entidades, nos casos de incompetência; vício de forma; ilegalidade do objeto; inexistência dos motivos; desvio de finalidade.

30. Assinale a assertiva que não está de acordo com os diplomas normativos e com a jurisprudência sobre a Tutela Coletiva:

- a) Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada.
- b) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- c) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.
- d) Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, sem que haja configuração da mora em momento anterior.
- e) O Ministério Público de determinado estado da Federação e o Ministério Público Federal ajuizaram, em litisconsórcio, ação civil pública para tutela de direitos individuais homogêneos de consumidores lesados por contrato de consumo. Caso seja rejeitado o pedido, com sentença transitada em julgado, não estará vedada a propositura de nova demanda coletiva, com o mesmo objeto, por outro legitimado coletivo.

DIREITO DO CONSUMIDOR

31. São instrumentos para execução da Política Nacional das Relações de Consumo, exceto:

- a) manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente.
- b) instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público.

c) criação de Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo.

d) incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo.

e) concessão de estímulos à criação e desenvolvimento das Associações de Defesa do Consumidor.

32. Com relação às práticas comerciais, assinale a alternativa correta:

a) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição pelo prazo de cinco anos após cessar a fabricação ou importação do produto.

b) O fornecedor do produto ou serviço é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.

c) O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando o valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços, o qual terá validade pelo prazo de sete dias, contado de seu recebimento pelo consumidor.

d) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, em caso de engano justificável.

e) Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

33. No que se refere à responsabilidade das sociedades integrantes dos grupos societários e das sociedades controladas, decorrentes das obrigações provenientes das relações consumeristas, assinale a alternativa correta:

- a) a responsabilidade será solidária e subjetiva, devendo-se demonstrar culpa ou dolo.
- b) a responsabilidade será subsidiária.
- c) as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas somente responderão por culpa.
- d) poderá ser solidária ou subsidiária, a depender da organização estatutária.
- e) a responsabilidade será solidária.

34. Assinale a alternativa que contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

- a) A recusa de cobertura securitária, sob alegação de doença preexistente, é lícita se não houve exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.
- b) É vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas, nos contratos bancários.
- c) Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.
- d) É legítima a cobrança da tarifa básica pelo uso dos serviços de telefonia fixa.
- e) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.

35. Com relação às ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços, assinale a alternativa correta:

- a) A ação apenas poderá ser proposta no domicílio do réu.
- b) Os legitimados a agir poderão propor ação visando compelir o Poder Público competente a proibir, em todo o território nacional, a produção, divulgação distribuição ou venda, ou a determinar a alteração na composição, estrutura, fórmula ou acondicionamento de produto, cujo uso ou consumo regular se revele nocivo ou perigoso à saúde pública e à incolumidade pessoal.
- c) O réu que houver contratado seguro de responsabilidade poderá chamar ao processo o segurador, sendo cabível a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil.
- d) Se o réu houver contratado seguro de responsabilidade, e tiver sido declarado falido, o síndico será intimado a informar a existência de seguro de responsabilidade, facultando-se, em caso afirmativo, o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador, admitida a denúncia da lide ao Instituto de Resseguros do Brasil e dispensado o litisconsórcio obrigatório com este.
- e) Nas ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços, é vedada a concessão de tutela inibitória.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

36. Para a apuração de ato infracional foi imposta medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade ao adolescente Pedro. Elaborado plano individual para o cumprimento da medida, os autos foram encaminhados ao defensor do adolescente que, no prazo de 5 dias após o recebimento do plano, apresentou impugnação. Pode-se afirmar que, nesse caso:

a) O cumprimento da medida será executado nos próprios autos do processo de conhecimento, e, por isso, a impugnação ao plano individual não irá, em regra, suspender a execução do plano.

b) O cumprimento da medida deve ocorrer mediante a constituição de processo de execução e a impugnação não deve ser admitida, porque intempestiva.

c) O cumprimento da medida deve ocorrer mediante a constituição de processo de execução e a impugnação deve ser admitida, apesar de não suspender, em regra, a execução do plano individual.

d) O cumprimento da sentença será executado nos próprios autos do processo de conhecimento, e a impugnação deve ser admitida, suspendendo, em regra, a execução do plano individual.

e) No caso de medida aplicada em sede de remissão como forma de suspensão do processo, a medida será aplicada nos próprios autos do processo de conhecimento.

37. O Ministério Público Estadual ajuizou ação civil pública contra o Estado do Mato Grosso do Sul perante uma Vara Especializada da Infância e da Juventude, pleiteando o fornecimento imediato de um alimento específico a uma criança de 5 anos de idade, que foi encontrada em situação de rua, subnutrida. Nesse caso, ao receber a inicial, o juiz:

a) deverá remeter os autos a uma das Varas da Fazenda Pública, considerando, em especial, a natureza da demanda e a presença do Estado no polo passivo.

b) deverá rejeitar a inicial, uma vez que o Ministério Público não possui legitimidade para propor ação civil pública em benefício de apenas uma criança.

c) poderá conceder tutela antecipada em benefício do autor, desde que haja audiência prévia.

d) poderá conceder tutela liminarmente, bem como fixar multa diária independentemente de pedido do autor, fixando prazo de cinco dias para cumprimento.

e) poderá conceder tutela liminarmente, bem como fixar multa diária independentemente de pedido do autor, sendo que os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município.

38. Considerando as disposições constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Resolução Conanda 113/2006, é correto afirmar:

a) Os conselhos tutelares têm suas atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, não podendo ser instituídas novas atribuições em Regimento Interno ou em atos administrativos semelhante de quaisquer outras autoridades.

b) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar exige-se reconhecida idoneidade moral e reputação ilibada, idade igual ou superior a vinte e um anos e residência no município.

c) Os conselhos tutelares são órgãos não contenciosos e não-jurisdicionais, encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, particularmente através da aplicação de medidas especiais de proteção a crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados e através da aplicação de medidas especiais a pais ou responsáveis

d) Os conselhos tutelares deverão comunicar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para acompanhar os autos de apuração de ato infracional, quando houver fundada suspeita da ocorrência de algum abuso de poder ou violação de direitos do adolescente, no sentido de providenciar as medidas

específicas de proteção de direitos humanos, prevista em lei e cabível.

e) É vedado ao Conselho Tutelar aplicar e ou executar qualquer das medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

39. Considere as seguintes situações hipotéticas:

1) Em ação ajuizada pelo Ministério Público Estadual com o intuito de regularizar a situação de um Centro de Reeducação Social, o magistrado concedeu liminar para determinar que o Estado do Mato Grosso do Sul apresentasse, em 30 dias, projeto de correção das irregularidades no centro de internação provisória local.

2) Em outro procedimento, o juiz de primeira instância impôs obrigação de fazer ao Município, para que fosse obrigado a matricular uma criança de quatro anos de idade em creche próxima a sua residência.

Nesses casos, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pode-se afirmar que

A) o juiz agiu incorretamente no primeiro caso e corretamente no segundo caso.

B) o juiz agiu corretamente no primeiro caso e incorretamente no segundo caso.

C) o juiz agiu corretamente em ambos os casos.

D) o juiz agiu incorretamente em ambos os casos, uma vez que adentrou no campo da discricionariedade da Administração Pública.

E) o juiz agiu incorretamente em ambos os casos: no primeiro, por ausência de legitimidade da parte ativa; no segundo, por ter adentrado no campo da discricionariedade da Administração Pública.

40. Observe as seguintes assertivas:

I. A criança e o adolescente têm direito ao acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica;

II. É dever das instituições públicas de ensino assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas, sendo tal prática educativa facultada às instituições privadas de ensino;

III. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

IV. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Ministério Público os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.

Considerando as regras dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, estão CORRETAS as seguintes assertivas.

a) I e II.

b) I, II e III.

c) III e IV.

d) I apenas.

e) I e IV.

DIREITO PENAL

41. João Malandro assaltou Fred com uma faca, em janeiro de 2014, levando seu aparelho celular, avaliado em R\$ 2.000,00.

Dois dias depois, usando a mesma faca, exigiu que seu vizinho lhe pagasse um valor que lhe devia um mês antes do vencimento da dívida, além de uma quantia a mais, segundo ele, por compensação contratual que entendia devida, mas sem base legal ou contratual.

Por fim, no ano de 2019, foi preso pela polícia, apresentando o nome falso de Joaquim Pereira.

Assinale a alternativa que representa os crimes que ele cometeu:

a) dois roubos em continuidade delitiva e falsidade ideológica.

b) roubo e extorsão, sendo o fato cometido em 2019 atípico, devido à autodefesa.

c) roubo simples, extorsão e falsa identidade.

d) roubo qualificado pelo emprego de arma, extorsão e falsa identidade.

e) dois roubos em concurso material, sendo o fato cometido em 2019 atípico, devido à autodefesa.

42. Ernesto Fernandes voltou para casa e encontrou seu amigo na cama com sua esposa. Muito nervoso e pensando ter direito a uma legítima defesa da honra, saltou sobre seu amigo e deu-lhe várias pancadas, lesionando-o de forma leve.

A defesa pode arguir que Ernesto agiu em:

- a) Discriminante putativa por erro de tipo
- b) Erro de tipo essencial.
- c) Erro permissão.
- d) Erro de proibição direto.
- e) Erro de proibição indireto.

43. Assinale a alternativa INCORRETA sobre os entendimentos sumulados do STJ:

- a) O indulto extingue tanto os efeitos primários da condenação (pretensão executória), quanto os efeitos secundários, penais ou extrapenais.
- b) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- c) O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.
- d) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.
- e) A ausência de suspensão ou revogação do livramento condicional antes do término do período de prova enseja a extinção da punibilidade pelo integral cumprimento da pena.

44. Sobre os crimes contra a dignidade sexual, assinale a assertiva INCORRETA:

- a) O crime de importunação sexual é expressamente subsidiário.
- b) A ação penal para todos os crimes contra a liberdade sexual e os delitos sexuais contra vulnerável é pública incondicionada.
- c) Denomina-se de estupro corretivo, com aumento de pena de 1/3 a 2/3, aquele que for cometido para ocultar crime anterior.
- d) A inclusão de pessoa, mediante montagem, em cena sexual, sem sua autorização, configura o crime previsto no artigo 216-B, denominado de Registro não autorizado da intimidade sexual.
- e) João, de 18 anos, começou a namorar Gabriela, de 13 anos e 10 meses. Logo de início, percebeu que a namorada tinha experiência sexual, razão pela qual resolveu ter relações sexuais com ela. Descoberto o caso, João deve responder pelo crime de estupro de vulnerável.

45. Assinale a alternativa correta sobre a ilicitude e as causas excludentes:

- a) O agente, apenas nos casos de legítima defesa e estado de necessidade, responderá pelo excesso doloso ou culposos.
- b) Parte da doutrina aceita o consentimento do ofendido como causa supralegal de exclusão de ilicitude, desde que, atendidos os pressupostos, a falta de consentimento não seja elemento integrante do tipo penal, caso em que será excludente de tipicidade.
- c) São causas excludentes de ilicitude, previstas no artigo 23 do Código Penal, o estado de necessidade; a legítima defesa; o estado de urgência e o exercício regular de direito.
- d) Mesmo quem tenha o dever legal de enfrentar o perigo pode alegar o estado de necessidade, caso o bem jurídico a ser salvo tenha valor superior ao sacrificado.
- e) O Código Penal adotou a teoria diferenciadora quanto ao estado de necessidade, devendo o agente valorar os bens jurídicos em confronto, ou seja, aquele a ser salvo e aquele a ser sacrificado.

46. Assinale a alternativa que traz a teoria adotada pelo Código Penal brasileiro, de acordo com a doutrina majoritária:

- a) sobre a punibilidade da participação, foi adotada a teoria da acessoriedade máxima.
- b) no que se refere ao dolo, adotou-se a teoria finalista, sendo ele concebido como natural.
- c) quanto ao tempo do crime, foi acolhida a teoria da ubiquidade.
- d) no que diz respeito à culpabilidade, foi adotada a teoria normativa pura, segundo a qual seus elementos são a imputabilidade, a exigibilidade de conduta diversa e o potencial conhecimento da ilicitude.
- e) no que se refere ao concurso de agentes e ao crime pelo qual respondem, foi adotada a teoria dualista, respondendo os autores por crime diverso dos partícipes.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

47. Sobre as medidas cautelares e a liberdade provisória, marque a alternativa correta.

- a) É cabível a concessão da liberdade provisória nos casos de crimes hediondos, quando não estiverem presentes os requisitos da prisão preventiva e mediante o arbitramento de fiança.
- b) O descumprimento de medida cautelar imposta ao acusado é motivo suficiente e automático para a decretação da sua prisão preventiva.
- c) A aplicação das medidas cautelares é possível no curso da investigação criminal, pelo juiz, de ofício ou por representação do Ministério Público ou da autoridade policial.
- d) A fiança é imediatamente quebrada quando o acusado pratica nova infração penal, ainda que culposa.
- e) Será possível a aplicação de outras medidas cautelares cumulativamente à concessão de liberdade provisória com fiança.

48. Assinale a alternativa correta em relação à competência no processo penal.

- a) No caso de conexão ou continência, a competência será definida pelo local em que instaurado o primeiro processo.
- b) Se forem instaurados processos diferentes apesar da conexão ou da continência, a jurisdição competente deverá avocar aqueles que tenham sido ajuizados nas incompetentes, salvo se já estiverem com sentença definitiva. Neste caso, deverá remeter os autos para o juízo que já proferiu sentença, o qual se tornou preventivo.
- c) A competência por prerrogativa de função não prevalece quando o inquérito policial ou a ação penal tenham sido iniciados por crime cometido após o fim do exercício da função pública pelo agente.
- d) Se não for conhecido o local da infração, a competência será definida pelo local de residência do réu. Contudo, se não for conhecido o paradeiro do réu, a competência será do juízo do lugar de residência da vítima.
- e) Nos casos de ação privada subsidiária da pública, poderá o querelante escolher o foro de domicílio ou residência do réu ainda que seja conhecido o lugar da infração.

49. A respeito do procedimento de competência do Tribunal do Júri, avalie as assertivas a seguir.

I – O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e houver prova cabal da autoria ou de participação.

II – Na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia ou quando efetivado o julgamento, não se admitirá o pedido de desaforamento, salvo, nesta última hipótese, quanto a fato ocorrido antes da realização de julgamento anulado.

III – Caso o acusado, não estando preso, deixe de comparecer ao julgamento após devidamente intimado, este deverá ser adiado, em respeito ao contraditório e à ampla defesa.

IV – Se o acusado for absolvido, deverá o juiz presidente mandar colocá-lo em liberdade,

revogar medidas restritivas que tenham sido decretadas e impor, se for o caso, a medida de segurança cabível.

V – Se a resposta a qualquer dos quesitos estiver em contradição com outra ou outras, o presidente, explicando aos jurados sobre o que versa a contradição, submeterá à votação, novamente, os quesitos correspondentes a tais respostas.

Está correto o que se afirma apenas nas assertivas:

- a) I, II e IV.
- b) II, IV e V.
- c) IV e V.
- d) IV.
- e) I, II, III e IV.

50. Acerca das nulidades no processo penal, assinale a alternativa correta segundo a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) No processo penal, a falta e a deficiência de defesa constituem nulidade processual absoluta, de modo que o prejuízo é presumido.
- b) A decisão que determina, sem antes ouvir a defesa, o desaforamento do processo da competência do tribunal do júri, caracteriza irregularidade sanável.
- c) A ausência de intimação do acusado para apresentar contrarrazões ao recurso interposto contra a rejeição da denúncia constitui nulidade que pode ser suprida pelo juízo por meio de nomeação de defensor dativo.
- d) Nas nulidades relativas, cujos vícios podem ser sanados, o prejuízo não é presumido.
- e) Constitui nulidade absoluta a ausência de intimação para apresentação de resposta preliminar, nos casos de ações penais referentes a crimes praticados por funcionários públicos contra a administração pública, instruídas por inquérito policial.

51. Em relação às provas no âmbito do processo penal, assinale a alternativa incorreta.

- a) Durante o curso do processo judicial, é permitido às partes requerer a oitiva dos peritos

para esclarecerem a prova ou para responderem a quesitos, desde que o mandado de intimação e os quesitos ou questões a serem esclarecidas sejam encaminhados com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

b) Não sendo possível o exame de corpo de delito em virtude do desaparecimento dos vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

c) Quando for conveniente à instrução criminal, em crimes graves, o réu pode ser submetido compulsoriamente a procedimento invasivo de prova, estando compelido a colaborar.

d) A gestão das provas no processo penal é essencialmente das partes; todavia, é lícito ao juiz exercer uma atividade suplementar, podendo, inclusive, determinar a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

e) Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.

52. Considere as afirmações a seguir a respeito da sentença penal, tendo em vista a jurisprudência dos tribunais superiores.

I – Caso a sentença seja absolutória, deverá o juiz mandar colocar o réu preso preventivamente em liberdade, mesmo que o Ministério Público recorra.

II – Ao proferir sentença condenatória, deverá o juiz, havendo requerimento nesse sentido, fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.

III – É defeso ao juiz reconhecer circunstâncias agravantes quando não forem requeridas pelos Ministério Público na denúncia.

Está correto o que se afirma em:

- a) I
- b) II
- c) II e III
- d) I e II
- e) I, II e III.

**LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL
PENAL**

53. A respeito dos crimes ambientais, assinale a opção correta.

a) A pena de multa fixada na sentença condenatória por crime ambiental será calculada de acordo com os critérios previstos no CP e, se revelar-se ineficaz, poderá ser aumentada apenas até duas vezes, tendo em vista a capacidade financeira do apenado.

b) O juiz que julgar o indivíduo que praticou crime de ter em depósito madeira sem licença válida para o armazenamento deverá determinar a apreensão, avaliação e doação à instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

c) Não há modalidade culposa do crime de elaborar laudo falso para licenciamento ambiental.

d) Em se tratando de crime de danificar floresta de preservação permanente, o arrependimento do infrator, manifestado pela limitação significativa da degradação ambiental causada, faz incidir, na terceira fase de aplicação da pena, causa especial de redução.

e) A perícia de constatação do dano ambiental produzida no juízo cível poderá ser aproveitada no processo penal, dispensada a instauração do contraditório, se este tiver sido assegurado na instância cível.

54. A alienação antecipada de bens é um procedimento admitido expressamente na lei de:

a) Crimes eleitorais.

b) Crimes contra o consumidor

c) Crime contra o sistema financeiro

d) Crimes referentes a licitações e contratos administrativos.

e) Lavagem de dinheiro.

55. No que concerne às leis penais extravagantes, assinale a opção correta.

a) O dispositivo referente à extraterritorialidade da denominada Lei de Tortura aplica-se sempre que a vítima for brasileira e o autor, estrangeiro.

b) Conforme previsto na denominada Lei de Drogas, o prazo prescricional para os delitos referentes ao usuário ou dependente de drogas, específico, é de dois anos tanto para a prescrição da pretensão punitiva quanto da pretensão executória.

c) Os condenados por crimes hediondos devem iniciar o cumprimento da pena em regime fechado, havendo possibilidade de progressão, em caso de merecimento, após cumprido um sexto da pena.

d) Para a configuração da conduta tipificada no Estatuto do Desarmamento como comércio ilegal de arma de fogo, não exige-se habitualidade do exercício de atividade comercial, mesmo que em sua forma equiparada.

e) Constitui crime de tortura a conduta do penalmente imputável que, mediante o emprego de violência, impõe intenso sofrimento físico a outrem, por sadismo.

56. Considerando que um microempresário, durante procedimento de recuperação judicial, tenha sido inabilitado, por decisão do juízo da 1.ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, ao exercício de atividade profissional, assinale a opção correta em relação às disposições penais previstas na Lei n.º 11.101/2005.

a) Caso descumpra a ordem da autoridade judicial, o microempresário cometerá o delito de exercício ilegal da atividade.

b) A habilitação ilegal de crédito, na falência, não é conduta criminosa, mas implica a alteração da ordem de preferência do infrator no concurso de credores para o último lugar.

c) A sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou concede a recuperação extrajudicial não é condição objetiva de punibilidade das infrações penais descritas na referida lei.

d) Constitui efeito automático da condenação pela prática de crime previsto nessa lei o impedimento para o exercício de cargo ou função em conselho de administração, diretoria ou gerência das sociedades sujeitas àquela norma.

e) Caso o microempresário pratique o delito de fraude a credores, após a decretação da falência de sua empresa, e não seja provado que ele habitualmente exerce condutas criminosas, pode ter a pena de reclusão substituída por pena de multa.

57. Nos termos do artigo 1º da “Lei de Lavagem de Dinheiro” (Lei Federal nº 9.613/98), para que se configure o crime de “ocultação de bens, direitos ou valores”, é imprescindível que estes sejam direita ou indiretamente, provenientes de:

- a) Tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins, exclusivamente.
- b) Contrabando e descaminho.
- c) Crimes praticados por organização criminosa, somente.
- d) Qualquer infração penal.
- e) Crimes praticados contra o sistema financeiro nacional e tráfico de drogas.

58. Nos crimes e sanções penais na licitação, Lei no 8.666/1993,

- a) o crime de devassar o sigilo de proposta não alcança todas as modalidades de licitação, mas apenas a concorrência pública, por tratar-se de modalidade utilizada para maiores contratações.
- b) aplica-se somente a pena de multa quando cometidos na forma culposa.
- c) não constitui crime o ato de deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade de licitação.
- d) aquele que, declarado inidôneo, participar de licitação, apresentando proposta, só comete crime se vier a celebrar contrato com a Administração.
- e) aquele que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à

celebração de contrato, somente pratica crime se a invalidação vier a ser decretada pelo Judiciário.

DIREITO CONSTITUCIONAL

59. Com relação aos elementos da Constituição, à aplicabilidade e à interpretação das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- a) O método hermenêutico clássico de interpretação constitucional concebe a interpretação como uma atividade puramente técnica de conhecimento do texto constitucional e preconiza que o intérprete da Constituição deve se restringir a buscar o sentido da norma e por ele se guiar na sua aplicação, sem formular juízos de valor ou desempenhar atividade criativa.
- b) Os elementos de estabilização constitucional consubstanciam-se nas normas que regulam a estrutura do Estado e do poder, a segurança pública e as Forças Armadas.
- c) O preâmbulo da CF e as disposições constitucionais transitórias constituem exemplos de elementos limitativos, que restringem a atuação do legislador constituinte derivado e dos titulares do poder estatal.
- d) Apenas os dispositivos que versam sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, por possuírem todos os elementos necessários à sua executoriedade direta e integral, podem ser considerados normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- e) A supremacia material da norma constitucional decorre da rigidez constitucional, isto é, da existência de um processo legislativo distinto, mais laborioso.

60. Em relação aos instrumentos de tutela dos direitos e garantias constitucionais, assinale a opção correta.

- a) Entre as pessoas jurídicas, somente aquelas regidas pelo direito público podem figurar como sujeitos passivos da ação de habeas data.
- b) O mandado de segurança pode ser impetrado contra ilegalidade ou abuso de poder apenas no caso de esses atos serem praticados por autoridade pública no exercício de função de natureza estatal.
- c) Tanto o cidadão quanto o MP dispõem de legitimidade para ajuizar ação popular, cuja proposição está condicionada à ocorrência de lesão ao patrimônio público causada por ilegalidade ou imoralidade.
- d) Embora não possa figurar como paciente na ação de habeas corpus, a pessoa jurídica dispõe de legitimidade para ajuizá-lo em favor de pessoa física.
- e) É cabível reclamação contra decisão judicial que determina a retirada de matéria jornalística do ar, exceto quando a matéria tenha sido redigida em tom crítico.

61. Com base na previsão do artigo 22, assinale a alternativa que contém competência legislativa privativa da União.

- a) Instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos.
- b) Definir diretrizes e bases da educação nacional.
- c) Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- d) Elaborar diretrizes para o desenvolvimento urbano.
- e) Determinar princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação.

62. A respeito da ordem e dos direitos sociais previstos na CF, assinale a opção correta.

- a) É constitucional norma que obriga escolas privadas a oferecer atendimento adequado a pessoas com deficiência, vedado o repasse do

custo financeiro da adaptação às mensalidades escolares.

- b) Segundo o STF, a liberdade de expressão e informação asseguradas na CF é compatível com a criação, pelo Estado, de um conselho de regulação e fiscalização da profissão jornalística.
- c) Em virtude da proibição constitucional da comercialização de órgãos e tecidos humanos para fins de transplante, o STF entende ser inconstitucional lei estadual que concede meia-entrada aos doadores regulares de sangue.
- d) Em razão do princípio da reserva do possível, não cabe ao Poder Judiciário determinar a construção de creches e pré-escolas pelos municípios.
- e) Consagrado na esfera criminal, o princípio constitucional da proibição do excesso consiste na vedação ao Estado de descriminalizar ou atenuar a tutela penal de certas condutas ofensivas a direitos fundamentais.

63. O governador de determinado estado da Federação pretende editar decreto que estabeleça as consequências administrativas do ato de greve de servidor público e as providências a serem adotadas pela administração pública para garantir a continuidade dos serviços públicos em caso de paralisação. Considerando essa situação hipotética, as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e o entendimento do STF, assinale a opção correta com relação ao direito de greve.

- a) O direito de greve de servidores públicos civis estatutários exige, nos termos da CF, regulamentação por lei complementar específica.
- b) A CF proíbe a greve pelos militares, mas admite a sindicalização.
- c) O referido decreto estadual será inconstitucional, por invadir competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho, independentemente de o regime jurídico ser estatutário ou celetista.
- d) Não se pode estabelecer mediante decreto do governador o desconto em folha de pagamento quanto aos dias de paralisação.

e) O referido decreto pode prever hipótese de contratação temporária excepcional limitada ao período de duração da greve para garantir a continuidade de serviços públicos essenciais.

64. Levando em consideração as normas estabelecidas no Título III, sobre a organização político-administrativa do Estado, assinale a alternativa correta.

a) A União é competente para legislar privativamente sobre populações indígenas, porém os Estados podem legislar sobre questões específicas dessa matéria quando autorizados por Lei complementar.

b) O mar territorial, os terrenos de marinha e seus acrescidos, bem como as ilhas fluviais e lacustres, as praias marítimas e as ilhas oceânicas pertencem exclusivamente à União.

c) A determinação de que os Estados se organizem e sejam regidos pelas Constituições e leis que adotarem caracteriza esses entes federativos como autônomos e detentores de poder constituinte originário.

d) A subdivisão de Estados para se anexarem a outros ou para formarem novos Estados depende de aprovação da população diretamente interessada, mediante referendo, e do Congresso Nacional, por meio de lei.

e) Por ser competência privativa da União legislar sobre telecomunicações, é inconstitucional lei municipal que discipline o uso e a ocupação do solo urbano para instalação de torres de telefonia celular no respectivo município.

65. De acordo com o regime constitucional brasileiro, assinale a opção correta.

a) além das vedações estabelecidas pelo artigo 95, parágrafo único da Constituição Federal, o Conselho Nacional de Justiça pode instituir vedações e restrições aos juízes, com fundamento no artigo 103-B, § 4º, da Carta.

b) É vedado aos juízes receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, com exceção dos casos previstos em lei.

c) É vedado aos juízes exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

d) É vedado aos juízes dedicar-se à atividade político-partidária, salvo se for em Estado ou Região distinta daquela onde exerce a magistratura.

e) as penas de advertência e censura são aplicáveis por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou Conselho Nacional de Justiça, e as de remoção, disponibilidade e aposentadoria, por voto da maioria absoluta deste.

66. Assinale a alternativa correta a respeito do controle de constitucionalidade no Direito brasileiro.

a) A cláusula de reserva de plenário não se aplica quando o órgão fracionário de Tribunal julga constitucional o ato normativo sub judice e quando aplica a técnica de interpretação conforme a constituição.

b) A cláusula de reserva de plenário também se aplica no julgamento proferido pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Federais.

c) Como regra geral, a decisão proferida em sede de controle difuso produz efeitos inter partes e ex nunc, quando declara a inconstitucionalidade do ato normativo.

d) O Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento de que, no direito pátrio, não é possível a declaração da inconstitucionalidade por reverberação normativa.

e) O rol de legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual pode ser ampliado por lei federal.

DIREITO ELEITORAL

67. Juiz eleitoral proferiu condenação por abuso de poder econômico que se balizou, dentre diversas outras provas, em documentos colhidos em medida de busca e apreensão de vales-combustível, realizada pessoalmente e por iniciativa própria do juiz eleitoral, sem a existência de processo ou de investigação prévia. Considerando a jurisprudência do TSE, é possível afirmar que, nesse caso:

a) a sentença deve ser mantida, uma vez que a prova produzida por iniciativa do magistrado é válida, considerando o poder de polícia do juiz eleitoral.

b) a produção de prova dessa natureza por iniciativa do magistrado consiste em mera irregularidade, devendo a sentença ser mantida.

c) a sentença deve ser anulada para que seja realizado novo julgamento, pois o juiz eleitoral não pode promover a realização de atos de polícia de ofício, mesmo que estes tenham natureza preventiva.

d) a produção de prova dessa natureza por iniciativa do magistrado consiste em ilegalidade, pois o poder de polícia do juiz eleitoral se limita à prática de atos preventivos ou inibitórios. Não obstante, é desnecessário anular a sentença, sendo possível desconsiderar a prova ilícita.

e) a sentença deve ser anulada para que seja realizado novo julgamento, pois o poder de polícia do juiz eleitoral se limita à prática de atos preventivos ou inibitórios.

68. Sobre a atuação do Ministério Público na Justiça Eleitoral, assinale a alternativa correta.

a) Segundo a Jurisprudência do TSE, o Ministério Público Estadual possui legitimidade para atuar em todas as fases e graus de jurisdição do processo eleitoral.

b) A existência do Ministério Público Eleitoral consta expresso na Constituição Federal.

c) Compete exclusivamente ao Ministério Público Estadual o exercício das atribuições de Ministério Público Eleitoral.

d) De acordo com o princípio da excepcionalidade, é possível a delegação de atribuições de Ministério Público Eleitoral a membros dos Ministérios Públicos Estaduais.

e) De acordo com o princípio da delegação, é possível que membros de Ministérios Públicos Estaduais oficiem junto aos Tribunais Regionais Eleitorais.

69. À luz da legislação vigente e dos entendimentos do TSE e do STF, analise a assertiva CORRETA sobre a ação rescisória no âmbito da Justiça Eleitoral.

a) A ação rescisória não tem cabimento em processos da Justiça Eleitoral.

b) Segundo o STF, é possível o ajuizamento de ação rescisória nos casos de inelegibilidade, desde que intentada dentro de cento e vinte dias de decisão irrecurável, possibilitando-se o exercício do mandato eletivo até o seu trânsito em julgado.

c) O Código Eleitoral prevê a possibilidade de ação rescisória contra todos os seus julgados, desde que intentada dentro do prazo de cento e vinte dias de decisão irrecurável.

d) Entende o TSE que, em regra, é admissível a concessão de tutela antecipada em ação rescisória eleitoral.

e) A ação rescisória eleitoral poderá ser intentada pelo Ministério Público, dentre outros casos, quando em casos de inelegibilidade a decisão rescindenda é efeito de simulação ou de colusão das partes, a fim de fraudar a lei.

70. Em determinada Ação de Investigação Judicial Eleitoral, foi apurado que membros de uma chapa estabeleceram um esquema de “candidatas laranjas”, com o intuito de atingir o mínimo de 30% de candidatas do sexo feminino.

Nesse caso, à vista da Jurisprudência do TSE, é possível afirmar que a condenação pela a prática supramencionada:

- a) acarretará a cassação daqueles que contribuíram diretamente para a fraude.
- b) acarretará a cassação de todos os candidatos eleitos pela coligação em eleições proporcionais, mesmo dos candidatos que não tenham contribuído para a fraude.
- c) acarretará a cassação de todos os candidatos eleitos pela coligação em eleições proporcionais, salvo de eventuais mulheres eleitas.
- d) não acarretará a cassação de quaisquer integrantes da coligação, devendo se respeitar o princípio do aproveitamento do voto.
- e) não acarretará a cassação de quaisquer integrantes da coligação, por se tratar de mera irregularidade.

DIREITO EMPRESARIAL

71. Quanto à propriedade industrial, assinale a alternativa correta.

- a) A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados da data de depósito.
- b) A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados da data da concessão.
- c) O registro do desenho industrial vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data da concessão, prorrogável por 3 (três) períodos sucessivos de 5 (cinco) anos cada.

d) O registro da marca vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data do depósito do registro, prorrogável por períodos iguais e sucessivos.

e) O prazo de vigência não será inferior a 10 (dez) anos para a patente de invenção e a 7 (sete) anos para a patente de modelo de utilidade, a contar da data do depósito, ressalvada a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.

72. ALBERTO realizou contrato de compra e venda de um trator com BRITO. De acordo com o instrumento contratual, o pagamento foi feito por meio da entrega de 10 (dez) notas promissórias no valor de R\$8.000,00 cada, em caráter pro soluto. Contudo, a partir de 3ª cédula, BRITO não honrou mais com os pagamentos. Enfurecido, ALBERTO ajuizou ação de resolução contratual, com pedido de restituição do trator. Na condição de magistrado(a), assinale a alternativa **correta**.

- a) A demanda deve ser extinta em razão da falta de protesto das notas promissórias.
- b) É caso de procedência da demanda em razão, com o retorno ao status quo ante.
- c) A demanda deve ser julgada improcedente, em razão da entrega das cédulas em caráter pro soluto.
- d) A demanda de conhecimento deve ser extinta por falta de interesse processual, pois as notas promissórias são título executivo extrajudicial.
- e) A demanda deve ser extinta, visto que a nota promissória é título de crédito causal.

73. A respeito da sociedade anônima, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) A constituição da sociedade anônima envolve uma série de atos que devem ser praticados, que são agrupados em três fases ou etapas distintas: providências preliminares; constituição propriamente dita e; providências complementares.

b) Como requisitos preliminares, a constituição da companhia exige, em regra: subscrição, pelo menos por 2 (duas) pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto; realização, como entrada, de 10% (dez por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro e; depósito, no Banco do Brasil S/A., ou em outro estabelecimento bancário autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários, da parte do capital realizado em dinheiro.

c) A constituição de companhia por subscrição pública depende do prévio registro da emissão na CVM, que será instruído com: o estudo de viabilidade econômica e financeira do empreendimento; o projeto do estatuto social e; o prospecto, organizado e assinado pelos fundadores e pela instituição financeira intermediária.

d) Antes de preparar o pedido de registro na CVM, o fundador (ou fundadores) da companhia deve procurar uma seguradora para contratar a prestação dos serviços de underwriting.

e) Na subscrição particular não há apelo ao público, não sendo, por conseguinte, necessária a intermediação de uma instituição financeira, nem o registro prévio na CVM.

74. Em relação à recuperação extrajudicial, assinale a alternativa **correta**:

a) Diferente da recuperação judicial, a recuperação extrajudicial não exige que o recuperando exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos.

b) A recuperação extrajudicial jamais conta com a participação do Poder Judiciário.

c) Em razão do seu caráter contratual, a recuperação extrajudicial não pode atingir credores que não consentiram com ela.

d) A recuperação extrajudicial pode ser solicitada mesmo que o devedor tenha obtido concessão de recuperação judicial no ano anterior ao pedido.

e) O Juízo da recuperação extrajudicial poderá determinar, no início do processo, a suspensão de ações ou execuções propostas por credores sujeitos ao plano de recuperação extrajudicial, com a finalidade de preservar a eficácia e a utilidade da decisão que vier a homologá-lo.

75. Assinale a alternativa que conceitua **adequadamente** a figura do pequeno empresário:

a) Considera-se pequeno empresário o empresário individual caracterizado como microempresa na forma da Lei Complementar nº 123/06 que aufera receita bruta anual até R\$81.000,00.

b) Considera-se pequeno empresário o empresário individual ou sociedade empresária caracterizado como microempresa na forma da Lei Complementar nº 123/06 que aufera receita bruta anual até R\$81.000,00.

c) Considera-se pequeno empresário o empresário individual caracterizado como microempresa na forma da Lei Complementar nº 123/06 que aufera receita bruta anual até R\$360.000,00.

d) Considera-se pequeno empresário o empresário individual ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) caracterizado como microempresa na forma da Lei Complementar nº 123/06 que aufera receita bruta anual até R\$81.000,00.

e) Considera-se pequeno empresário a sociedade empresária caracterizada como empresa de pequeno porte na forma da Lei Complementar nº 123/06 que aufera receita bruta anual até R\$81.000,00.

76. Em relação à desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta:

- a) Prevalece que o primeiro diploma a prever a desconsideração da personalidade jurídica foi a CLT.
- b) A desconsideração da personalidade jurídica não afasta a impenhorabilidade de eventual bem de família pertencente ao atingido.
- c) A teoria ultra vires é uma das várias denominações atribuídas à desconsideração da personalidade jurídica.
- d) É possível a desconsideração da personalidade jurídica do empresário individual.
- e) Na sociedade simples é necessária a desconsideração da personalidade jurídica para atingir o patrimônio dos sócios.

DIREITO TRIBUTÁRIO

77. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária são reservadas à lei complementar.
- b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.
- e) É constitucional a taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliário.

78. Julgue os itens a seguir:

- i) A capacidade contributiva absoluta (ou objetiva) determina que, ao criar uma norma tributária, a lei deve levar em consideração circunstâncias que efetivamente denotem a existência de capacidade econômica do contribuinte.
 - ii) A capacidade contributiva relativa (ou subjetiva) diz respeito à medida da tributação. Tem como objetivo estabelecer parâmetros sobre a intensidade do poder de tributar.
 - iii) Os impostos sempre devem ter caráter pessoal, sob pena de ofensa ao princípio da capacidade contributiva.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Nenhum dos itens está correto.
 - c) Apenas os itens i e ii estão corretos
 - d) Apenas os itens ii e iii estão corretos.
 - e) Apenas o item iii está correto.

79. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A União não pode estabelecer isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, salvo em caso de calamidade pública ou guerra externa.
- b) Excepcionalmente, desde que aprovado por 2/3 do Congresso Nacional, em dois turnos, é possível à União isentar tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- c) Os Estados-Membros da Federação podem estabelecer isenções de tributos municipais quando a Constituição Estadual assim o autorize.
- d) É constitucional um tratado internacional que conceda isenções de tributos da competência dos Estados e dos Municípios.
- e) É inconstitucional Lei Complementar da União que exclua a incidência do ISSQN sobre exportações de serviços para o exterior.

80. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

a) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.

b) É compatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.

c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.

d) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária, o fato gerador não incide, em razão da falta de um dos elementos essenciais da regra-matriz tributária.

é devido o tributo calculado pela alíquota mínima correspondente, de acordo com a destinação do imóvel.

e) Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal, valor esse que não pode ser atualizado por ato do próprio conselho de fiscalização em percentual superior aos índices de correção monetária legalmente previstos.

81. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

a) A imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

b) Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, inclusive aqueles em que a empresa não age em regime de monopólio, estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca

c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de

fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.

d) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.

e) Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal

82. Assinale a alternativa incorreta.

a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, responde pelos tributos devidos até a data do ato, desde que continue a explorar o negócio sob a mesma razão social ou sob a mesma firma ou nome individual.

c) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

d) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

e) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

83. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo
- b) É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.
- c) O instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.
- d) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;
- e) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, dois são os fundamentos que justificam a existência do instituto da denúncia espontânea: o primeiro é de ordem ética, por valorizar o comportamento de quem espontaneamente regulariza sua situação junto ao fisco; o segundo fundamento é econômico, pela redução dos custos incorridos pela administração tributária na fiscalização das atividades dos contribuintes.

84. Sobre a legislação tributária, assinale a alternativa incorreta:

- a) A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.
- b) A legislação tributária não se aplica imediatamente aos fatos geradores pendentes.
- c) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

d) A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

e) A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato.

DIREITO ADMINISTRATIVO

85. Sobre licitações e Lei Federal nº 8.666/93, julgue as seguintes afirmações:

I – é obrigatória a publicação do edital de licitação na imprensa oficial, observados os prazos de intervalos mínimos adequados para cada modalidade licitatória.

II – preferencialmente, os serviços técnicos profissionais devem ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.

III – caso não seja possível obter o número mínimo de 3 participantes no convite, a lei veda a continuidade da licitação, sendo obrigatório repeti-la.

IV – em concorrências internacionais é possível que uma empresa brasileira realize sua cotação de preços em moeda estrangeira.

Estão corretas as seguintes:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) II e IV
- e) III e IV

86. Assinale a alternativa que corretamente contenha entendimento do STF sobre agentes públicos:

a) Em função do princípio da solidariedade dos sistemas previdenciários, é possível a incidência de contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria dos servidores, a exemplo do terço de férias e adicional noturno.

b) Ao servidor público investido em mandato eletivo de âmbito estadual e federal é permitido optar pela remuneração do seu cargo de origem.

c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demandas visando a obter prestações de natureza trabalhista, ajuizadas contra órgãos da Administração Pública por servidores que ingressaram em seus quadros sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

d) Há direito subjetivo dos servidores públicos à revisão geral anual de suas remunerações, conforme estabelecido no art. 37, inciso X, da CRFB.

e) Caso um servidor público estudante seja removido ex officio de uma localidade para outra, não é compatível com a CRFB a possibilidade de assegurar a ele uma vaga em instituição pública no local de destino.

87. De acordo com a legislação e a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta acerca da disciplina dos bens públicos:

a) De acordo com a definição do Código Civil, os bens pertencentes às empresas públicas e sociedades de economia mista são considerados bens privados.

b) Nas concessões de direito real de uso, não ocorre a resolução do contrato caso o concessionário dê destinação diversa daquela estabelecida no contrato, tendo em vista que tal concessão ocorre por tempo indeterminado.

c) Caso uma pessoa ocupe indevidamente um bem público e tenha feito investimentos na melhoria da infraestrutura desse bem, é legítimo o pagamento pelas benfeitorias realizadas para não configurar enriquecimento sem causa por parte da Administração Pública.

d) Bens públicos de uso comum do povo não podem ser desafetados e, conseqüentemente, alienados.

e) O fato de uma determinada porção de terra ser situada em faixa de fronteira é suficiente para caracterizá-la como devoluta, podendo ser de titularidade da União ou dos Estados.

88. A discricionariedade na expedição de ato administrativo é encontrada:

a) na competência;

b) na finalidade;

c) no objeto;

d) na imperatividade;

e) na forma.

89. Em matéria concernente a processo administrativo no âmbito da Administração Federal, à vista do disposto na Lei nº 9.784/99, assinale a alternativa correta:

a) A decisão do recurso não poderá acarretar gravame à situação do recorrente.

b) Em geral, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

c) O recurso terá efeito suspensivo, salvo disposição legal em contrário.

d) Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a delegação de decisões de recursos administrativos.

e) Salvo motivo de força maior, os prazos processuais se suspendem.

90. Não é cláusula necessária de todo contrato administrativo:

- a) a que menciona a legislação aplicável à sua execução.
- b) a que estabelece vinculação ao respectivo edital de licitação.
- c) a que estabelece as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão.
- d) a que regula as hipóteses de rescisão.
- e) a que aplica sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

91. A caducidade da concessão de serviço público poderá ser declarada pelo poder concedente, exceto quando:

- a) a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão.
- b) a concessionária cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos.
- c) o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço.
- d) a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido.
- e) a concessionária não atender a intimação do poder concedente para, em 180 dias, apresentar documentação relativa a regularidade fiscal, no curso da concessão.

92. A improbidade administrativa é objeto da Lei nº 8.429/92. Assinale, nesse contexto, a afirmativa correta:

- a) Reputa-se agente público somente aquele que exerça função com remuneração, ainda que transitoriamente, em entidade privada que receba subvenção do Poder Público, correspondente a pelo menos 50% de seu patrimônio.
- b) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou o terceiro beneficiário os bens

ou valores acrescidos ao seu patrimônio, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e multa civil de até cinco vezes o valor do acréscimo patrimonial.

c) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não estará está sujeito ao ressarcimento do dano.

d) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

e) Não incorre em improbidade administrativa a pessoa que mesmo não sendo agente público induza ou concorra para a prática do ato danoso ou dele se beneficie

93. Sobre intervenção do Poder Público na propriedade alheia, são feitas as seguintes afirmações:

I – Tem-se que a conhecida ‘hierarquia federativa’, consagrada em matéria de desapropriação pelo Decreto-Lei nº 3.365/41, aplica-se a todas as modalidades interventivas.

II – É lícito ao Poder Público requisitar bens e serviços hospitalares, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, desde que seja para atender necessidades coletivas urgentes e transitórias, decorrentes de perigo público iminente.

III – As ocupações temporárias são atos autoexecutórios e incidem sobre bens imóveis, a exemplo do uso de escolas para a realização das eleições.

IV – O instituto da servidão incide sobre bens móveis ou imóveis, desde que haja interesse público relevante por parte da Administração na utilização de determinado bem.

Estão corretas as seguintes:

- a) I e III
- b) I e II
- c) III e IV
- d) II e IV
- e) II e III

94. Sobre o controle dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) o Poder Judiciário somente tem controle sobre os atos administrativos discricionários.
- b) Somente o Poder Judiciário poderá declarar a nulidade de ato contendo vício de legalidade.
- c) A autotutela significa que é possível a revisão dos próprios atos emanados pela Administração Pública, somente em casos de vício de legalidade.
- d) O Poder Judiciário não pode questionar o mérito do ato administrativo.
- e) O ato administrativo discricionário, uma vez revogado, como autorização para uso de bem público, não gera direito adquirido.

95. Acerca das entidades da Administração Indireta, são feitas as seguintes afirmações:

I – as agências executivas correspondem a autarquias, fundações e empresas estatais que, por estarem ineficientes, celebram contrato de gestão com o ministério supervisor a fim de ganharem maior autonomia gerencial, orçamentária e financeira.

II – as entidades que integram o chamado Sistema S, tais como o Sebrae, Sesi e Senai, não integram a Administração Pública. Trata-se de sociedades civis, com personalidade jurídica de direito privado.

III – Os dirigentes das agências exercem suas funções por investidura a termo, podendo ser exonerados “ad nutum” pelo Chefe do Poder Executivo.

IV – Segundo o STF, não se exige autorização legislativa para a alienação do controle das subsidiárias das empresas estatais.

Estão corretas as seguintes:

- a) I e III
- b) I e II
- c) III e IV
- d) II e III
- e) II e IV

96. O poder de polícia é uma atividade da Administração Pública que, via de regra, limita direitos individuais em prol ou em benefício do interesse público. Nesse sentido, trata-se de atividade

a) discricionária da Administração, balizada por critérios de conveniência e oportunidade, e caracterizada pela imposição de restrições temporárias.

b) sujeita a limitações e, portanto, vinculada aos estritos termos do Decreto que a autoriza.

c) sujeita a limitações, ainda que o ato normativo que a autorize conceda certa margem de discricionariedade à Administração Pública.

d) autorizada apenas em casos de urgência e necessidade, cabendo à Administração Pública, assim que cessadas as causas que ensejaram a conduta, restabelecer integralmente os direitos individuais limitados.

e) discricionária, não sendo possível caracterizar ato vinculado praticado pela polícia administrativa.

DIREITO AMBIENTAL

97. Assinale a alternativa correta

a) O meio ambiente é um bem público dominical.

b) Uma das características do bem ambiental é a ubiquidade, já que o meio ambiente é restrito às fronteiras dos Estados.

c) O princípio da cooperação dos povos acarreta a perda voluntária de parcela da soberania dos países em prol da preservação do meio ambiente.

d) O direito ao meio ambiente equilibrado é um direito fundamental, sendo, portanto, aplicável também na relação entre particulares.

e) Os deveres decorrentes do princípio da função ambiental da propriedade possuem caráter de direito pessoal.

98. Sobre a legislação florestal marque a alternativa correta:

- a) As restingas, em toda a sua extensão, são consideradas área de preservação permanente.
- b) Os manguezais, quando fundamentais para o ecossistema local, serão considerados área de preservação permanente.
- c) Imóvel rural, fora da Amazônia legal, deverá respeitar área de reserva legal de pelo menos 30%, independente do bioma.
- d) Em nenhuma hipótese será admitido o cômputo de área de preservação permanente no percentual da reserva legal.
- e) A unidade de manejo florestal é o perímetro definido a partir de critérios técnicos, socioculturais, econômicos e ambientais, localizado em florestas públicas, objeto de um Plano de Manejo Florestal Sustentável.

99. Sobre o Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental assinale a alternativa correta:

- a) O TAC ambiental possui natureza jurídica de pré-contrato.
- b) O TAC ambiental é um instrumento facultativo para ambas as partes pactuantes.
- c) Após o início do processo judicial não é mais possível a assinatura do TAC ambiental.
- d) A assinatura do TAC ambiental não encerra a contagem da multa diária imposta.
- e) Segundo o STJ a assinatura e o adimplemento do TAC ambiental são capazes de afastar a tipicidade penal da conduta praticada.

100. Assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Público não pode ser enquadrado no conceito de poluidor, haja vista que a prejudicada, em última análise, será a própria sociedade.
- b) O estudo de impacto ambiental (EIA) é exigido em todos processos de licenciamento ambiental.
- c) A licença prévia é a responsável por autorizar a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.
- d) O descumprimento dos prazos para a emissão das licenças não implica emissão tácita nem autoriza a prática do ato que dela dependa, mas instaura a competência supletiva do ente de maior grau.
- e) Concessão florestal é o contrato firmado entre entes políticos e pessoas físicas ou jurídicas, precedido de licitação na modalidade concorrência, em que se transfere ao concessionário o direito de explorar, de forma sustentável, os recursos florestais ou serviços florestais por tempo determinado.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-MS-Juiz-substituto-14-12>

Conheça nosso cursos

 **Estratégia**
[Curso para Juiz do TJ-MS](#)

Carreira Jurídica

TJ MS

